revista online de extensão e cultura
REALIZAÇÃO

CC BY NC SA

DOI 10.30612/realizacao.v10i20.17754
ISSN: 2358-3401

Submetido em 29 de Novembro de 2023
Aceito em 24 de Dezembro de 2023
Publicado em 31 de Dezembro de 2023

# OS DESAFIOS DO TRATO COM AS QUESTÕES DA SEXUALIDADE POR PARTE DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE CHALLENGES OF DEALING WITH SEXUALITY ISSUES BY EARLY CHILDHOOD EDUCATORS

LOS DESAFÍOS DEL ABORDAJE DE LAS CUESTIONES DE LA SEXUALIDAD POR LOS DOCENTES DE LA EDUCACIÓN INFANTIL

Vanessa Benites Loubert
Universidade Federal da Grande Dourados
Míria Izabel Campos*
Universidade Federal da Grande Dourados

**Resumo:** A Educação Infantil, definida como primeira etapa da Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394, atende as crianças de 0 a 5 anos, cidadãs e cidadãos de direitos. Nessa perspectiva, compreende-se que abordar a temática da sexualidade na Educação Infantil é fundamental para a segurança das crianças. Todavia, para que tal tema seja tratado, o conhecimento científico acerca das questões da sexualidade precisa ser garantido às/aos docentes. Sendo assim, este artigo teve como objetivo geral analisar os desafios do trato com as questões da sexualidade por parte de docentes da Educação Infantil. Os objetivos específicos foram: investigar as concepções da sexualidade em seus aspectos conceituais, históricos e culturais; explicitar sobre os debates acerca da sexualidade no contexto da Educação Infantil; problematizar os desafios das/os docentes com as questões da sexualidade na conjuntura atual. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica e documental. Os resultados mostraram que em um mundo moderno e inovador, com várias possibilidades advindas de uma tecnologia cada vez mais presente na vida de todas e todos, falar da educação sexual infantil ainda continua um assunto muitas vezes negado e, quase sempre, julgado como

* Autor para Correspondência: miria.iza.campos@gmail.com

inadequado pela sociedade atual. Também ficou evidenciado que a temática da sexualidade permanece ausente na formação inicial e continuada de docentes. Concluiu-se, assim, que precisa existir um movimento em busca do direito à formação na temática, para que se possa assistir a efetiva mudança no trato das questões da sexualidade, com as crianças, na Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Direito das crianças, Educação sexual na infância, Formação docente.

**Abstract:** Early Childhood Education - defined as the first stage of Basic Education in the Law of Guidelines and Bases of Education, Law number 9,394 - works with children aged from 0 to 5 years old, who are all citizens with rights. In this perspective, it is understood that addressing the theme of sexuality in Early Childhood Education is fundamental for the safety of children. However, to address this topic, scientific knowledge about sexuality issues needs to be guaranteed to educators. Therefore, this article aims to analyze the challenges of dealing with sexuality issues by Early Childhood Education teachers. The specific objectives were: to investigate the conceptions of sexuality in their conceptual, historical, and cultural aspects; explain the debates surrounding sexuality in the context of Early Childhood Education; and problematize the challenges faced by educators regarding issues of sexuality in the current situation. The methodology used was a bibliographic and documentary review. The results showed that in a modern and innovative world, with several possibilities arising from the increasing presence of technology in everyone's lives, discussing childhood sexual education still remains a subject that is often denied and, almost always, judged as inappropriate by society. It was also evident that the topic of sexuality remains absent in the initial and ongoing training of educators. Therefore, we concluded that there needs to be a movement towards the right to training in this subject, so that effective change in addressing sexuality issues with children in Early Childhood Education can be observed.

**Keywords:** Children's Rights,  Sexual Education in Childhood, Teacher Training.

**Resumen:** La Educación Infantil, definida como la primera etapa de la Educación Básica por la Ley de Directrices y Bases de la Educación - Ley nº 9.394, atiende a niños de 0 a 5 años, ciudadanas y ciudadanos de derechos. Desde esta perspectiva, se comprende que abordar el tema de la sexualidad en la Educación Infantil es fundamental para la seguridad

de los niños. Sin embargo, para que tal tema sea tratado, el conocimiento científico acerca de las cuestiones de la sexualidad debe ser garantizado a las/los docentes. Así, este artículo tiene el objetivo general de analizar los desafíos de la atención a las cuestiones de la sexualidad por los docentes de la Educación Infantil. Los objetivos específicos son: investigar las concepciones de la sexualidad desde sus aspectos conceptuales, históricos y culturales; explicitar los debates acerca de la sexualidad en el contexto de la Educación Infantil; problematizar los desafíos de las/los docentes respecto a las cuestiones de la sexualidad en la coyuntura actual. La metodología utilizada es la revisión bibliográfica y documental. Los resultados muestran que en un mundo moderno e innovador, con varias posibilidades advenidas de una tecnología cada vez más presente en la vida de todas y todos, hablar sobre la educación sexual infantil sigue siendo muchas veces negado y, casi siempre, juzgado como inadecuado por la sociedad actual. También queda evidente que el tema de la sexualidad permanece ausente de la formación inicial y continua de los docentes. De ese modo, se ha concluido que es necesario que exista un movimiento en búsqueda del derecho a la formación en tal asunto, para que sea posible un verdadero cambio en el abordaje de las cuestiones de la sexualidad con los niños en la Educación Infantil.

**Palabras clave:** Derecho de los niños, Educación sexual en la infancia, Formación docente

## INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira, em seu artigo 208, preconiza que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de "[...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade [...]" (BRASIL, 1988, n.p.).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996, acompanha a Constituição Federal, reconhecendo em seu artigo 29 a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica e estabelecendo como suas finalidades "[...] o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade" (BRASIL, 1996, n.p.).

As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil - Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 -, no seu artigo 6º estabelece que:

> As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios: I - Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. II - Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. III - Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009, p. 2).

Consequente aos apontamentos assinalados nós destacamos que conforme previsto nas leis vigentes em nosso país, as crianças têm direito ao "desenvolvimento integral" e todos os assuntos que afetam o dia a dia delas e das/os profissionais que trabalham nesses espaços coletivos precisam ser dialogados, debatidos e devem ser trazidos à tona, pois a construção de saberes e fazeres no cotidiano da Educação Infantil necessita, antes de tudo, de respeito às diferenças, às singularidades e às pluralidades de todas e todos que ali convivem. Nesse sentido, relevamos, que em relação ao trato com as questões da sexualidade não deva ser diferente.

Contudo, nem sempre as crianças têm as suas perguntas respondidas e sob essa perspectiva destacamos o relato da aluna Vanessa[1]: "Este tema chamou minha atenção pois trabalho na área da Educação Infantil há 4 anos e a educação sexual infantil quase nunca foi tratada com as crianças ao longo desse tempo. E mesmo que as/os professoras/es já estivessem formadas/os na graduação e pós-graduacão, eu percebia que falar sobre a temática era complicado e dificil para elas/es e ficava a impressão que muitos não tiveram um preparo para lidar com as questões da sexualidade que é muito importante e que traz benefícios para vida das crianças. Eu entendo que se as crianças forem educadas sexualmente, muitos casos de abusos na infância, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), gravidez indesejada etc., na adolecência, seriam evitados".

Em conformidade com estes enfoques, a proposta do nosso artigo foi tratar sobre os desafios de docentes em relação à temática da sexualidade na Educação Infantil. Elencamos como perguntas: As/os docentes da Educação Infantil trabalham a temática da sexualidade no cotidano das instituições? Como elas/es abordam a temática com as crianças em suas práticas pedagógicas? O conhecimento científico acerca das questões da sexualidade está sendo garantido nas formações inicial e continuada de professoras/es da Educação Infantil?

[1] Vanessa Benites Loubert, coautora no artigo, desenvolveu a pesquisa sob orientação da Professora Míria Izabel Campos na graduação em Pedagogia - Licenciatura.

Definimos como objetivo geral da pesquisa analisar os desafios do trato com as questões da sexualidade por parte de docentes da Educação Infantil e os objetivos específicos elencados foram: investigar as concepções da sexualidade em seus aspectos conceituais, históricos e culturais; explicitar sobre os debates acerca da sexualidade no contexto da Educação Infantil; problematizar os desafios das/os docentes com as questões da sexualidade na conjuntura atual.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa foi bibliográfica e documental. Para tanto procedemos levantamentos e estudos em autoras que se dedicam à temática. Dentre elas citamos: Campos e Sarat (2021); Furlani (2011), Lourenção e Campos (2018), Louro (1997; 2011), Macedo e Campos (2017), Sarat e Cruz (2018), Torres e Campos (2021), Xavier Filha (2018). E também examinamos legislações vigentes no Brasil (1988; 1990; 1996, 2009).

Escolhemos organizar este artigo com esta introdução, 3 seções, considerações finais e terminamos trazendo as nossas referências. Isto posto, convidamos à leitura da seção 1, na qual vamos explanar sobre concepções da sexualidade nas/os diferentes autoras/es estudados.

## CONCEPÇÕES DA SEXUALIDADE EM SEUS ASPECTOS CONCEITUAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS

Iniciamos trazendo para o debate os estudos de Louro (2011, p. 64), quando a autora afirma que:

> Inúmeras pesquisadoras e pesquisadores comentam o quanto parece ser difícil admitir que a sexualidade também é construída culturalmente. A dificuldade parece residir no fato de que, usualmente, se associa (às vezes até se reduz) a sexualidade à natureza ou à biologia.

A afirmação de Louro (2011) nos permite entender essa construção da sexualidade e, a partir dela, é possível admitirmos que se ela foi construída, poderá ser desconstruída, ressignificada por cada um de nós ao longo de toda a nossa vida. Ou seja, a sexualidade não é natural e/ou vem determinada pela biologia.

Adentramos mais à discussão, explicitando em Louro (2011) acerca da sua percepção quanto aos aprendizados das orientações sexuais. Para a autora:

> [...] aprendemos a ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, a expressar nossos desejos através de determinados comportamentos, gestos, etc., em muitas instâncias - na família, na escola, através do cinema, da televisão, das revistas, da internet, através das pregações religiosas ou da pregação da mídia ou ainda da medicina. Enfim, uma

> porção de espaços e instâncias exercitam *pedagogias culturais* [...] (LOURO, 2011, p. 66, grifos do original).

Especialmente por esse viés, importante realçarmos, mesmo que brevemente, os estudos de Foucault em seu livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (2009), para referendarmos a compreensão da sexualidade como uma "invenção social". Para Foucault (2009), a sexualidade se constitui a partir de diversos discursos sobre o sexo. Assim, é primordial buscarmos entender "[...] o porquê da interdição do assunto gênero e sexualidade no cotidiano da creche e da pré-escola (TORRES; CAMPOS, 2021, p. 185).

Assim, continuando com Louro (1997, p. 26, grifos do original), trazemos que:

> [...] os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem "viver seus desejos e prazeres corporais" de muitos modos [...]. Suas *identidades sexuais* se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as.

Contudo, precisamos dialogar um pouco mais, pois as temáticas sexualidade e gênero muitas vezes são entendidas e tratadas da mesma forma. Por esse ângulo, vale registrar como estamos compreendendo os dois conceitos, pois em Louro (1997, p. 27), temos que as "[...] identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa".

Para assimilarmos melhor, faz sentido voltarmos na história e mostrar que foi "através das feministas anglo-saxãs que *gender* [gênero] passa a ser usado como distinto de *sex* [sexo] (LOURO, 1997, p. 21*,* traduções nossas*)*. Assim, a mesma estudiosa, a partir de Scott (1995, p. 72), amplia escrevendo:

> [...] temos que a criação do termo *gender* aconteceu para "rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual". As estudiosas americanas elas desejam acentuar, através da linguagem, "o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo" (LOURO, 1997, p. 21, grifos do original).

Feitas essas incursões importantes para nossos estudos, continuamos o debate trazendo a pesquisadora Xavier Filha (2018) que explicita em seu texto, *Educação para a sexualidade e gênero na infância*, que "a sexualidade da criança não se expressa da mesma forma que a da pessoa adulta. A criança a expressa de forma a querer e a desejar saber sobre o seu corpo, sobre sua vida, sua existência e sua aparição no mundo" (XAVIER FILHA, 2018, p. 145).

Tratando a mesma temática, Furlani (2011), em seu livro *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*, nos ajuda a refletir mais o assunto quando mostra que:

> É recente, na história humana, o entendimento de que a criança possui uma sexualidade que pode e deve se expressar. Considerar que esta é uma fase da vida em que a sexualidade está presente é, necessariamente, rever e repensar os objetivos da sexualidade que, até então, aprendemos e/ou nos vêm sendo ensinados. O principal paradigma a ser desconstruído é o entendimento de que a sexualidade, para as pessoas, se justifica pela reprodução (FURLANI, 2011, p. 67).

Nessa mesma direção, Campos (2010) corrobora discorrendo acerca dos desafios de cuidar e educar as crianças, quando evidencia sobre a

> [...] visão romântica que historicamente essa fase da vida humana foi concebida. [...] ela foi caracterizada como período de pureza e inocência e, principalmente, etapa de vida assexuada e, mesmo com as contribuições dos estudos de Freud[2] (1996), datados do início do século XX, que trouxeram à tona a existência de uma sexualidade infantil, as relações continuam a ser construídas sob a ótica da negação (CAMPOS, 2010, p. 13).

E seguindo nessa perspectiva retomamos Xavier Filha (2000), pois seus argumentos são oportunos para a nossa discussão aqui. A autora aponta que:

> Apesar de teoricamente existirem estudos acerca da sexualidade infantil, ainda é muito difícil para os adultos aceitarem a sexualidade de meninas e meninos, pois estão imbuídos na própria educação sexual recebida e nos estereótipos masculinos e femininos presentes na sociedade [...] (XAVIER FILHA, 2000, p. 82).

Registrados todos estes conceitos e posicionamentos das estudiosas e reiterando afirmações descritas em nossa introdução, enfatizamos como é fundamental que as crianças tenham suas dúvidas e questionamentos problematizados e/ou respondidos. Acentuamos, também, que provavelmente a negação em relação ao trato com a temática da sexualidade com meninas e meninos esteja vinculada a muitos desconhecimentos científicos, tabus, conservadorismos etc., os quais residem e resistem em nossa sociedade.

Acreditamos que ainda se faz necessário, antes de adentrarmos à seção 2, ressaltarmos os escritos de Louro (2011), quando ela foca no contexto brasileiro, demonstrando que:

> [...] ao longo de sua história, foi sendo produzida uma norma a partir do homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão. Essa é nossa identidade referência, a identidade que não precisa ser mencionada porque é suposta, está subentendida. Por isso os "outros",

[2] Sigmund Freud (Viena, 1856 – Londres, 1939), médico austríaco e fundador da psicanálise. Nascido em Freiberg, na Moravia (ou Pribor, na República Tcheca).

> os sujeitos "diferentes", os "alternativos" ou os "problemáticos" serão, em princípio, as mulheres, as pessoas não brancas, as não heterossexuais ou não-cristãs (LOURO, 2011, p. 65, grifos do original).

Diante disso, compreendemos que concepções históricas acerca da sexualidade atingem famílias, comunidades, instituições de educação básica, educação superior, pois estas são forjadas quando "assumimos, irrefletidamente, a naturalização das diferenças. E esse é um modo eficiente de ocultar ou de silenciar as relações de poder que as constituem" (LOURO, 2011, p. 65).

Por esse enfoque nós percebemos que muitos são os desafios constituídos. Precisamos de, cada vez mais, conquistar espaços para travarmos as discussões necessárias sobre as questões da sexualidade. Daí inferirmos que estudos diversos, assim como este nosso, são primordiais para vislumbrarmos mudanças que poderão salvar vidas, haja vista os altos índices de violência, em nosso país, contra as crianças, contra as mulheres, bem como aquelas violências que atingem as pessoas que se identificam como LGBTQIAPN+[3].

Agora podemos seguir para a nossa seção 2, almejando aprofundar sobre os desafios que fazem parte do cotidiano de docentes e crianças na Educação Infantil.

## DEBATES ACERCA DA SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Concebemos que no nosso país, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/90, a infância é o período compreendido entre "[...] 0 a 12 anos incompletos" (BRASIL, 1990, n.p.). Um período de muitos aprendizados e vivências significativas para a vida de todas as crianças, pois a partir das experiências que terão nesse momento, as mesmas poderão carregar consequências por uma vida inteira.

Tendo como referência os estudos de Sarat e Cruz (2018), queremos e precisamos enaltecer que:

> A infância é uma condição da criança, portanto é o espaço no qual a brincadeira, a imaginação e a fantasia estão presentes como formas de compreender, questionar e estabelecer relações com o mundo que a

[3] LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais. **Orientando – Um espaço de aprendizado**. Disponível em: https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/ Acesso em: 26 nov. 2023.

> cerca. As crianças são produtoras de história, saberes e culturas (SARAT; CRUZ, 2018, p. 11).

Especificamente na nossa pesquisa estamos focando as crianças até 5 anos de idade, as quais são atendidas nos espaços da Educação Infantil. Acolhendo a perspectiva de Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004, p. 15, grifos do original), apreendemos "[...] a *infância* como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o período vivido pela própria *criança*, o sujeito real que vive essa fase da vida".

Sob este ângulo trazemos para o nosso texto mais uma contribuição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que em seu artigo 4º estabelece que:

> As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 1).

A partir das legislações e de autoras e autores citados, insistimos em pontuar que meninas e meninos são cidadãs e cidadãos de direitos e, portanto, todo e qualquer conhecimento acumulado pela humanidade precisa ser tratado com elas e eles. Responder às suas dúvidas e curiosidades é condição primeira para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, socialmente referenciado, que possiblite discussões e problematizações relativas às "[...] diversidades sobre as quais foram forjadas verdades" (CAMPOS; SARAT, 2021).

Como bem elucida Finco (2010, p. 134), precisamos garantir "[...] uma pedagogia das diferenças, uma pedagogia das relações na qual a criança é a protagonista". Quer seja, é imprescindível o empenho de todas e todos os envolvidos no cuidado e educação das crianças, para a implementação de uma educação que contemple suas realidades e necessidades, tendo em conta o quanto é imprescindível um diálogo e uma discussão contínua sobre "[...] a capacidade das crianças de não somente reproduzirem o padrão social, como também de compararem e criarem novas realidades e significados" (FINCO, 2010, p. 134).

Uma vez mais nos aproximamos dos estudos de Xavier Filha (2018), pois eles nos ajudam a refletir acerca do trato com as questões da sexualidade na Educação Infantil. A partir da autora temos que:

> [...] as crianças desde muito cedo perguntam como vieram ao mundo; como nasceram; como foram parar nas barrigas de suas mães e como

> de lá saíram; como e por que seus corpos se diferenciam uns dos outros [...]. Produz teorias e dialoga com as outras pessoas porque é um ser social que está construindo seus conhecimentos a todos os momentos ( XAVIER FILHA, 2018, p. 145).

À vista disso, devemos sobrelevar, as/os profissionais que trabalham nos diversos espaços de Educação Infantil e que não efetuarem discussões acerca da temática da sexualidade, estarão incorrendo em um desrespeito às leis vigentes no Brasil, bem como, demonstrando desconhecimento teórico relativo às pesquisas desenvolvidas acerca das infâncias e das crianças pelas diferentes áreas, dentre as quais citamos: antropologia, história, pedagogia, psicologia.

Sobre este silenciamento nas/das instituições, vale trazermos a pesquisa de Lourenção e Campos (2018). Em trabalho intitulado *Gênero, sexualidade e Educação Infantil: formação e práticas pedagógicas de professoras*, elas empreenderam investigação no Projeto Pedagógico de Curso, Pedagogia - PCC/2009, da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Os resultados apontaram que poucas disciplinas tratam as questões de gênero e sexualidade, nos levando a perceber que pode existir um conhecimento insuficiente da área como preparação de docentes que precisarão lidar com as demandas de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

E nesse sentido permanecemos com afirmações de Xavier Filha (2018), pois elas corroboram aqui, quando a autora conclui que a criança "nem sempre encontra espaço para diálogo aberto e franco sobre suas dúvidas na família ou nas instituições educativas" (XAVIER FILHA, 2018, p. 145).

Também Macedo e Campos (2017), em trabalho denominado *Educação infantil, gênero e sexualidade: estudo com meninas e meninos - Indápolis/MS,* cuja metodologia constituiu-se de observações de brincadeiras e escolhas dos brinquedos no dia a dia das práticas pedagógicas, perceberam que muitas vezes as atitudes das crianças eram interpretadas de maneiras equivocadas pelas/os professoras/es. As intervenções, quase sempre, traduziam-se em um patrulhamento quanto à sexualidade de meninas e meninos, dando a impressão que as/os profissionais acreditavam que "[...] uma simples brincadeira entre as crianças poderá definir futuramente a orientação sexual das mesmas" (MACEDO; CAMPOS, 2017, p. 504).

Isto posto, analisamos, como a falta de conhecimento científico consistente acerca da temática, pode acabar gerando perpetuação de preconceitos no cotidiano das práticas pedagógicas da Educação Infantil. Por esse ponto de vista, inclusive, nós destacamos que

muitos profissionais podem adotar uma conduta de vigilância das brincadeiras livres e espontâneas das crianças com receio "[...] de que a sexualidade das crianças irá se definir e não se modificará mais ao longo de sua vida (MACEDO; CAMPOS, 2017, p. 504).

Talvez acreditem que vigiando as crianças, garantindo brincadeiras e escolhas dos brinquedos que são considerados adequados para as meninas e os meninos, as mesmas não se desviarão da heterossexualidade, ou seja, a norma definida como a certa, como foi possível apreendermos em Louro (2011).

Para Furlani (2011, p. 65),

> Se considerarmos que a sexualidade [...] é um componente humano e, portanto, um assunto de interesse infantil e jovem, então, da escola se espera uma atitude no sentido de garantir, em todos os níveis da educação brasileira, seu assumir pedagógico, possibilitando a sua discussão e inclusão curricular.

A partir dessa perspectiva apontada pela autora, consideramos fundamental trazermos mais contibuições do seu trabalho para o nosso texto. Assim, construímos o Quadro 1 e o apresentamos a seguir, a partir de Furlani (2011, p. 67), e evidenciamos que para ela "tudo isso torna a educação sexual uma ação escolar permanentemente pessoal e política", posicionamento com o qual nós concordamos.

**Quadro 1**

| |
|---|
| Educar não é um ato neutro |
| Há uma íntima relação entre o que pensamos e nossa prática pedagógia |
| Toda prática docente é amparada por uma teorização (mesmo que não tenhamos consciência dela) |
| A formação docente (os cursos de formação) e a educação continuada deveriam refletir esses pressupostos teóricos e práticos |
| O ato pedagógico é permeado de decisões, escolhas, e, portanto, por disputas de saberes e significados |
| Precisamos estudar teórica e politcamente o processo educacional para decidir "que tipo de educador/a sexual eu vou ser" |

Fonte: Furlani (2011).

Nesse aspecto, mais uma vez buscamos as assertivas de Finco (2003, p. 89), quando a autora aponta em sua pesquisa que:

> [...] a Educação Infantil pode ser o lugar onde as crianças encontrem o espaço para viver a infância. Não somente uma infância que lhes garanta o direito à brincadeira, mas que lhes possibilite protagonizar seus desejos e suas escolhas; que lhes permita usufruir o direito à

> diferença e à livre expressão, trazendo novas forças, novas vozes e novos desejos.

Ou seja, é fundamental que seja garantida, para professoras e professores, a possibilidade de estudar, se formar e se transformar, mudando suas vidas e suas ações como profissionais na/da Educação Básica, propiciando novas práticas ao cotidiano da Educação Infantil, as quais reverberem positivamente na vida de meninas e meninos.

Feitas essas reflexões, seguimos para a seção 3 do artigo, cuja proposta é evidenciarmos os desafios enfrentados pelas/os profissionais da educação no atual cenário do nosso país.

## DESAFIOS DAS/OS DOCENTES COM AS QUESTÕES DA SEXUALIDADE NA CONJUNTURA ATUAL

Para nossa proposta aqui, entendemos ser primordial trazermos sobre o momento histórico vivido por todas e todos em nosso país nos últimos anos. Sob este aspecto, optamos por citar, na íntegra, Campos e Sarat (2021, p. 237-238), quando as autoras evidenciam que:

> [...] o momento histórico vivido por todas e todos no cenário social e político das campanhas nos primeiro e segundo turnos das eleições para o cargo de Presidente do Brasil - ano de 2018 - foi marcado pelo acirramento de ataques e falas discriminatórias contra mulheres, negros, populações pobres, bem como a toda comunidade LGBTQIA+. Com o resultado consumado nas urnas vivenciamos a continuidade, ampliação e aprofundamento de discursos desrespeitosos, hostis, truculentos, traduzindo-se em aumento dos índices de violências e mortes das populações já citadas, restrições de direitos, sucessivos casos de censura às liberdades etc. Especificamente relativo à temática das diversidades, vimos acompanhando o recrudescimento das discussões e desmontes de políticas já conquistadas, caracterizando um significativo recuo, com repercussões que puderam/podem ser sentidas na família, na educação básica e na educação superior [...].

Percebemos que o processo relativo aos estudos acerca das temáticas da diversidade sofreram um revés contudente. Professoras/es, coordenadoras/es, profissionais lotados nas secretarias educacionais foram bastante afetados quanto ao desenvolvimento dos seus trabalhos, o que obviamente atingiu diretamente crianças, famílias e comunidade.

Retornando um pouco no tempo, temos as escritas de Xavier Filha (2018), que nos permitem pensar o quanto forças diversas e opostas já vinham se digladiando no âmbito das definições das políticas públicas, que integram o tema, em nosso país.

> Recentemente, ficamos aturdid@s em meio à retirada dos termos "gênero", "sexualidade" e "orientação sexual" do Plano Nacional de

> Educação[4] e de vários planos estaduais e municipais, na grande maioria dos recantos brasileiros. [...] Essas questões afetam as práticas educativas, especialmente quando falamos da criança pequena, de sua sexualidade [...] (XAVIER FILHA, 2018, p. 135).

Diante essa afirmação da autora é crucial afirmarmos que toda criança tem direito a educação, tem o direito de ter o conhecimento de seu corpo e do seu desenvolvimento, tem direito de aprender como cuidá-lo e protegê-lo. Se a família e a instituição de educação e cuidado da criança calam sobre as questões da sexualidade infantil, quem vai falar?

No Brasil temos assistido padres, pastores, deputados, senadores falarem, muitas das vezes contribuindo para perpetuar desentendimentos e falsos moralismos, pois se posicionam de maneira distante dos conhecimentos científicos produzidos na área.

Cabe destacar, também, que diferentes veículos de comunicação têm se destacado na busca de explorar as temáticas. Trazem em suas produções discussões sobre as violências que acomentem, principalmente, crianças e mulheres. Ainda é necessário lembrar de obras televisivas nas quais são abordadas problemáticas acerca de famílias homoafetivas, casais homessexuais, casos caracterizados como de redesignação sexual[5] etc. Contudo, o que fica patente para nós é a falta de uma discussão mais solidificada, advinda dos conhecimentos científicos acumulados, papel e responsabilidade que os espaços de educação deveriam estar ocupando em primeiro lugar.

Sob esse viés Xavier Filha (2018, p. 148) destaca:

> [...] devemos estudar as legislações e os documentos nacionais e internacionais que legitimam que essas temáticas sejam discutidas na escola e prestar-lhes a devida atenção. A primeira questão a se reforçar é a de que a escola pública é laica, conforme a Constituição Federal de 1988, assegurada em seus artigos 5º e 19º. A laicidade permite pensar que as instituições públicas, como a escola e as instituições de educação infantil, devam ter seus projetos pedagógicos separados dos valores religiosos em geral. Deve-se respeitar a multiplicidade religiosa, mas nenhuma crença deve ser tomada como exclusiva. Nenhuma crença religiosa tem o direito de interferir sobre assuntos a serem pedagogicamente trabalhados na escola.

Furlani (2011, p. 68) nos alerta para a importância de uma "[...] atitude de uma vida sexual responsável e preventiva [...]" e por tudo que estudamos e apresentamos aqui é mister salientar que ainda temos um longo caminho a percorrer. Desse modo, evidenciamos que não podemos e nem devemos nos silenciar, pois somos os adultos

[4] A autora se refere às discussões para escrita dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, aprovados para o período 2014-2024.

[5] Matéria de **Camila Cetrone** (2021). Disponível em: https://queer.ig.com.br/2021-04-04/como-sao-as-cirurgias-de-redesignacao-sexual-realizadas-por-pessoas-transgenero-.html Acesso em: 26 nov. 2023.

responsáveis pela educação e cuidado das futuras gerações. Assim, tratar as questões da sexualidade, foco deste nosso estudo se faz necessário e urgente.

Para finalizarmos nossa seção 3 e expressarmos uma posição esperançosa para o diálogo que construímos aqui, ressaltamos os escritos de Xavier Filha alusivos ao Plano Municipal de Educação do nosso município, quer seja, Dourados, estado de Mato Grosso do Sul (MS):

> No Plano Municipal de Dourados (Lei nº 3.904, de 23 de junho de 2015) há um diferencial em relação ao de Campo Grande [capital do MS], [...] que passo a destacar. Na meta 1, referente à educação infantil, a meta 1.13 diz que cabe a essa etapa promover e garantir "a formação continuada dos profissionais da educação sobre os direitos da criança e o enfrentamento da violência" [...] (XAVIER FILHA, 2018, p. 150, acréscimo nosso).

Sob este ângulo a autora continua, apontando que:

> Se consta a proposta de formação docente é porque se pensa que as(os) professoras(es) que atuam na educação infantil na cidade poderão, após o processo de formação, discutir a respeito dos direitos das crianças com elas próprias. Um dos aspectos básicos de seus direitos é a possibilidade de livre expressão. Elas poderão, portanto, falar e perguntar tudo o que quiserem, podendo constar na pauta assuntos como gênero e sexualidade.

Apreendemos que, na letra da lei, foi reconhecida a necessidade da formação das/os profissionais para que efetivamente os direitos das crianças sejam garantidos. Nesse sentido, fundamental estarmos vigilantes, exigindo o cumprimento da lei.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso artigo abordou as questões da sexualidade, trazendo para o debate os desafios de docentes no trato destas questões com as crianças na Educação Infantil. O trabalho foi desenvolvido a partir de estudos bibliográficos e documentais, os quais trouxeram informações fundamentais relacionadas ao tema.

A pesquisa por nós empreendida mostrou como em um mundo moderno e inovador, com várias possibilidades advindas de uma tecnologia cada vez mais presente na vida de todas e todos, falar da educação sexual infantil ainda continua um assunto muitas vezes negado e, quase sempre, julgado como inadequado pela sociedade atual.

Devemos acentuar, como incorporamos a partir da nossa investigação, que "as crianças são seres inteligentes e produzem cultura, estão em constante interação com tudo o que há no social. Vão aos poucos construindo seus modos de pensar e estar no mundo

(XAVIER FILHA, 2018, p. 146). Assim, entendemos, não tem como fechar os olhos e tapar os ouvidos, fingindo que as crianças não estão atentas e buscando informações e respostas para as suas perguntas.

À vista disso, ainda, refletindo com Xavier Filha (2018, p. 146), devemos valorizar que:

> As famílias e as instituições educativas são espaços importantes para questionar e mediar outras formas de pensar sobre o que está circulando na cultura para as crianças. As instituições educativas podem ser espaços para ensinar a pensar, para pensar livremente sobre todos os assuntos que sejam de interesse da criança [...].

Concordamos com a afirmação da autora, contudo entendemos que para a educação sexual ser abordada/tratada pelas profissionais no cotidiano das práticas pedagógicas da Educação Infantil, é necessário garantir a presença da temática na formação inicial e continuada de todas e todos, o que nós percebemos que não vem acontecendo com efetividade.

Sobressaímos Furlani (2011, p. 40), quando a autora assevera que "educadoras e educadores comprometidos com mudanças sociais devem procurar perturbar, sacudir as formas de posicionarem perante as discussões da educação sexual que, tradicionalmente, vêm sendo realizadas no Brasil". Compreendemos, a partir disso, que o movimento precisa incluir, antes de tudo, a busca pelo direito à formação na temática, para que possamos assistir incontestáveis mudanças no trato das questões da sexualidade, com as crianças, na Educação Infantil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República. 5 de outubro de 1988. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 31 mar. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 31 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 31 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf Acesso em: 31 mar. 2023.

CAMPOS, Míria Izabel Campos. **Memórias de Infância de Professoras da Educação Infantil:** gênero e sexualidade. 2010, 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2010.

CAMPOS, Míria Izabel; SARAT, Magda. "É uma menina!": marcas da educação feminina e relações de gênero na família. **Perspectivas em Diálogo,** Naviraí, v. 08, n. 17, p. 235-253, maio/ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferença*s*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FINCO, Daniela**.** Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-posições.** Campinas: v.14, n.3 (42), set./dez. 2003.

FINCO, Daniela. Brincadeiras, invenções e transgressões de gênero na educação infantil. **Revista Múltiplas Leituras.** v. 3, n. 1, p. 119-134, jan. jun. 2010.

KUHLMANN JR., Moysés. FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **A Infância e sua Educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURENÇÃO, Juliana da Silva; CAMPOS, Míria Izabel. **Gênero, Sexualidade e Educação Infantil**: formação e práticas pedagógicas de professoras. 2018. 53 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, Dourados/MS, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade.

**Form. Doc.** Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-63, jan/jul. 2011.

MACEDO, Edilaine de Mello; CAMPOS, Míria Izabel. Educação Infantil, gênero e sexualidade: estudo com meninas e meninos - Indápolis/MS. **Anais do 3º Congresso de Educação da Grande Dourados**. Dourados/MS, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 2 n. 16, p. 5-22, julho/dezembro. 1995.

SARAT, Magda; CRUZ, *Gislaine Azevedo da.* **A criança e sua educação: história e cultura contemporânea. *In*:** SARAT, Magda; TROQUEZ, Marta Coelho Castro; SILVA, Thaise da (orgs.) **Formação docente para a educação infantil**: experiências em curso. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

TORRES, Janaina Dorneles; CAMPOS, Míria Izabel Campos. Gênero e sexualidade nas práticas cotidianas da Educação Infantil – Itaporã – MS. *In*: CORDEIRO, Maria

José de Jesus Alves; LANDA, Beatriz dos Santos; DIALLO, Cíntia Santos (orgs.) **Diversidade na educação**: desafios para a produção do conhecimento na formação

inicial. Dourados, MS: Editora UEMS, 2021.

**XAVIER FILHA, Constantina. Educação sexual na escola:** o dito e o não-dito na relação cotidiana. Campo Grande. 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul-UFMS,: Ed. UFMS, 2000.

**XAVIER FILHA, Constantina.** Educação para a sexualidade e gênero na infância. ***In*:** SARAT, Magda; TROQUEZ, Marta Coelho Castro; SILVA, Thaise da (orgs.) **Formação docente para a educação infantil**: experiências em curso. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.